

DEIXAR DE ASSINAR COM O POLEGAR: VELHOS/NOVOS DESAFIOS.

Janine Fontes de Souza – Universidade do Estado da Bahia - UNEB

O que é educação? Que fins ela deve ter?

Educação é formação do homem pela sociedade, é o processo pelo qual o sistema social atua constantemente sobre o desenvolvimento de ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos. Segundo Pinto, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (1993, p. 29). Dessa forma, a educação se configura como um poderoso instrumento na construção de modelos sociais, uma vez que na e pela educação a sociedade se estrutura, se consolida, escolhe e implementa suas formas de ação nos valores que elege como pilar.

Se quisermos transformar a sociedade, dotá-la de um sentimento de humanidade, proporcionar-lhe um senso de responsabilidade coletiva, então precisamos transformar a educação, rever seus valores, suas formas de concretizar seus objetivos, suas práticas cotidianas que envolvem fundamentalmente dois sujeitos; o professor e o aluno.

O caminho que o professor escolheu para aprender foi ensinar. No ato do ensino ele se defronta com as verdadeiras dificuldades, obstáculos reais, concretos, que precisa superar, e é nessa situação que ele aprende. Por outro lado, o aluno vivencia junto a esse professor suas aprendizagens, seus enfrentamentos na construção de sua própria identidade. É indispensável o caráter de encontro de consciências no ato da aprendizagem, porque a educação é uma transmissão de uma consciência a outra, de alguma coisa que um já possui e o outro ainda não, é uma “dialética do conhecimento”, e exige uma reflexão em torno das trocas possíveis de saberes entre alunos e professores.

A educação é um ato intransitivo, pois o educador não pode transformar a outrem sem que esteja se transformando no próprio trabalho de ensinar; por isso, ao ensinar, ele também aprende. Dessa ação/reflexão, resulta a práxis pedagógica educativa que implica numa modificação de personalidade; creio que por isso a aprendizagem não seja tão fácil, uma vez que ela modifica a personalidade do educador ao mesmo tempo em que vai modificando a do aluno.

Ao concebermos a educação como uma “via de mão dupla”, devemos observar que ela possui características específicas que emanam do seu caráter sócio-antropológico que, de acordo com Pinto (1993), podem ser explicitadas da seguinte forma:

- a) É um *processo*; decorrente de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, é um fato histórico que só pode ser interpretado com as categorias de uma lógica dialética;
- b) É um *fato existencial*; refere-se ao modo como o homem se faz ser homem;
- c) É um *fato social*; o procedimento pelo qual a sociedade se auto-reproduz nas contradições da diferenciação do futuro em relação ao presente, nas tensões estabelecidas entre o desejo de incorporação dos indivíduos ao estado existente e da necessidade do progresso, da criação do novo;
- d) É um *fenômeno cultural*; o saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente consistente e que a sociedade é capaz de expressar através da linguagem.
- e) *Não pode consistir na formação uniforme de todos os seus membros*, sob pena de transformar-se nas sociedades cuja educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe, todo o restante de saber não letrado, e as demais formas de cultura serão consideradas incultura e ausência de educação.
- f) *Desenvolve-se sobre o fundamento do processo econômico da sociedade*;
- g) É uma *atividade teleológica*; a formação de indivíduo sempre visa um fim, está sempre dirigida “para”;
- h) É uma modalidade de *trabalho social*; porque trata de formar membros da comunidade para o desempenho de uma função de trabalho no âmbito da atividade total; o educador é um trabalhador e, no caso da educação de jovens e adultos, dirige-se a outro trabalhador;
- i) É um fato de *ordem consciente*; é determinada pelo grau alcançado pela consciência social e objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo;
- j) É um *processo exponencial*; multiplica-se por si mesma com sua própria realização. Quanto mais educado o homem, mais necessita educar-se;
- k) É por *essência concreta*; pode ser concebida a *priori*, mas o que a define é sua realização objetiva, concreta;
- l) É, por *natureza, contraditória*; pois implica simultaneamente conservação (dos dados do saber adquirido) e criação, ou seja, crítica, negação do saber existente.

Essencialmente, a educação está ligada à historicidade, não se confunde com a temporalidade (que é o fato de haver tido um passado), porém se define por sua essencial transitividade (o fato de haver futuro). Todo “programa de educação” é, por natureza, inconcluso, porque sua própria execução altera a qualidade dos elementos que o compõem (o aluno, o professor, os métodos, as finalidades) e determina a necessidade de um segundo programa, mais perfeito, mais adiantado, tornando-se, dessa forma um desafio constante na vida dos sujeitos que a promovem.

Sendo um fenômeno humano, ou seja, produzida pelo homem e para o homem, a educação, nessa concepção, nos envia a uma análise ainda que sumária, do homem e das relações que o constituem - o que é o homem? Qual a sua posição no mundo? A resposta que dermos a essas perguntas encaminhará a educação para uma finalidade humanista, ou não, pois não há uma ação pedagógica neutra, ela é sempre fruto do conceito de homem e de mundo que constituímos e internalizamos.

Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo (no sentido natural, estrutural, e histórico-cultural), sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos adequar-se-ão a essa concepção. Se para outros, o homem é um ser de transformação do mundo, seu quefazer educativo segue um outro caminho. Se o encararmos como uma “coisa”, nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encararmos como pessoa, nosso quefazer será cada vez maior libertador (FREIRE, 1997, p. 9).

A concepção que aqui optei por considerar, busca de acordo com Freire (1997) conceber o sujeito não como um “super sujeito” tão pouco como um sujeito assujeitado, mas como um sujeito que, sendo um eu para-si, condição de formação da identidade subjetiva, é também um eu para-o-outro, condição de inserção dessa subjetividade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido. Só me torno eu entre outros eus, no entanto, o sujeito, ainda que se defina a partir do outro, ao mesmo tempo o define, é o “outro” do outro: eis o inacabamento constitutivo do Ser, tão rico de ressonâncias filosóficas e discursivas entre outras.

Alfabetização e letramento: (des)encontros na sala de aula

O trabalho pedagógico com a linguagem se dá através das mais variadas formas de textos, é inegável a importância e participação destes em qualquer área do conhecimento, o material básico para qualquer professor é o texto; quer escrito, quer falado, no entanto, muitas vezes, esse elemento básico no ensino parece assumir dimensões diferentes para professores e alunos.

A valorização social da escrita, e uma proposta de ensino essencialmente pautada nesse elemento, produz nos alunos uma concepção unilateral e até equivocada do conceito de texto. Vejamos o depoimento de uma aluna de EJA que ilustra essa situação: “Texto pra mim é uma parte de um livro, assim uma coisa escrita... com começo, e fim. Uma explicação que a gente encontra nos papéis, na bíblia, nos deveres... (M^a A. L., 59 anos)”.

A escolha do tipo de atividade desenvolvida em sala de aula é marcada pela concepção de texto que o professor assume, dando ênfase àquilo que julga importante para o sucesso do seu trabalho no ensino de língua. O conceito de texto que tomamos por base em nosso artigo está de acordo com Koch:

Uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de

modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (2001, p.22).

Ao considerarmos a fala como um texto produtivo, sobretudo do ponto de vista das relações que este estabelece com os sujeitos que o produzem, uma prática pedagógica que diversifique sua proposta acrescentando a ela um espaço destinado para o trabalho com o texto oral abrange três diretrizes importantes destacadas por Ramos (1997): A primeira é a de partir de algo que o aprendiz já sabe; a produção e utilização de textos falados em situações normais de interação. A segunda é a utilização de um material novo; o texto falado quer seja produzido em dialeto padrão, quer em não padrão, é um objeto interessante para o aluno.

A terceira é a concepção de que a distinção entre fala e escrita seja um gradiente, o que possibilita ao professor lidar com as regras da modalidade escrita como algo resultante de um processo no qual o aprendiz participa ativamente, e não mais um conjunto de regras arbitrárias às quais o aprendiz é obrigado a se submeter passivamente e sem saber o porquê. Ainda no que diz respeito ao ensino, Ramos (1997, p.11) afirma que uma proposta que vislumbre o trabalho sistematizado com a produção do texto oral, pode contribuir para:

- a) Minimizar o problema decorrente da postura repressiva da escola em relação aos falantes do dialeto não-padrão, que leva ao emudecimento de grande parte dos alunos e indisposição para identificar-se com o ensino institucionalizado;
- b) Permitir reflexões sobre a língua/linguagem, uma vez que a questão da variação lingüística será tratada com naturalidade e como objeto de interesse, devido a seu conteúdo social;
- c) Levar à construção de conhecimentos por parte do aluno, uma vez que lhe serão solicitadas sugestões sobre problemas de descrição e análise lingüística;
- d) Chamar a atenção para as questões de natureza social (e não de natureza lingüística) responsáveis pela atitude preconceituosa contra aqueles que falam diferente do padrão culto, ao mostrar que as diferentes maneiras de falar são igualmente adequadas a diferentes usos.

O preconceito lingüístico, sem dúvida, é a maior e mais marcante de todas as formas de discriminação pois atinge impiedosamente as camadas mais carentes da população que é estigmatizada por sua forma de expressão. As pessoas que fazem parte dessa camada social acabam silenciadas por seu “jeito de falar errado”, se tomarmos como exemplo as classes de jovens e adultos certamente observaremos que o silêncio imposto pelas duras aprendizagens discriminativas que a sociedade lhe faz passar é recorrente. Observemos o depoimento de uma aluna da classe de jovens e adultos sobre a importância de dominar a linguagem padrão.

Falar certo é muito importante pra quem sabe... porque quando é um analfabeto a pessoa olha e diz: – ele não sabe... e já sabe que a pessoa não tem conhecimento. Mas quando a pessoa tem um grau de estudo mais

elevado, já cursou o 1º grau ou 2º grau, e alguém vê falando errado pensa: – Poxa! fulano falando errado?!. Eu acho que algumas pessoas não reparam, mas tem outras que observam. A pessoa sofre preconceito quando a pessoa que não sabe fala de um jeito, e quem sabe fala de outro, existe muita diferença (E.S.S. 48 anos).

As raízes do preconceito lingüístico estão ligadas, em boa parte, à confusão que foi criada, no curso da história, entre Língua e Gramática normativa, durante séculos saber uma língua era equivalente a dominar a suas regras gramaticais. No entanto, nos últimos anos, inúmeros esforços estão sendo reunidos para reparar esse equívoco Bagno a esse respeito, esclarece: “nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-mundi não é o mundo...Também a gramática não é a língua (1999, p.9)”.

Na conjuntura atual cada vez mais se configuram movimentos de combate às mais variadas formas de preconceito, mostrando que os mesmos não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, que são fruto de uma intolerância ou manipulação ideológica.

Porém, no tocante ao preconceito lingüístico, essa tendência ainda é muito insípida, a todo instante vemos o preconceito ser alimentado nos programas de televisão, de rádio, em colunas de revistas, jornais, em manuais que pretendem ensinar “a forma certa”, sem falar dos instrumentos tradicionais de ensino de língua: a gramática normativa e o livro didático. Dessa forma, não resta outra alternativa ao aprendiz a não ser abandonar a sua forma “errada” para apreender a forma “certa”, uma vez que esta lhe sugere uma espécie de ascensão social.

O discurso dominante, organizou, em torno de si, uma metanarrativa que instituiu a norma padrão como ideal a ser alcançado por todos os falantes independente das condições sociais de acesso e produção de leitura e escrita. Toda metanarrativa apoia-se em mitos e fantasias, que uma análise mais cuidadosa é capaz de elucidar, e restituir-lhes as formas variadas e mutáveis que a compõem.

Bagno (1999) nos apresenta a mitologia do preconceito lingüístico, caracterizando-a em oito aspectos: 1) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente; 2) Brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português; 3) Português é muito difícil; 4) As pessoas sem instrução falam tudo errado; 5) O lugar onde melhor se fala português no Brasil é no Maranhão; 6) O certo é falar assim porque se escreve assim; 7) E preciso saber gramática pra falar e escrever bem; 8) O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

Não é fácil romper com uma cultura de preconceito instituída anos a fio e alimentada pelas instituições de prestígio responsáveis pela socialização de conhecimentos. Para tanto, faz-se necessário uma mudança de atitude, um olhar humanizado e crítico sob as questões lingüísticas e sociais, é preciso uma cisão, um corte epistemológico nas formas tradicionais de ensino da língua. Como contra

proposta Bagno (1999) aponta “Des cisões” para um ensino de língua não (ou menos) preconceituoso, são elas:

- 1) Conscientizar-se de que todo falante nativo de uma língua é usuário competente dessa língua, por isso ele sabe essa língua;
- 2) Aceitar a idéia de que não existe “erro de português”, mas diferenças e alternativas de usos em relação à regra única proposta pela gramática normativa;
- 3) Não confundir “erro de português”, com erro ortográfico;
- 4) Reconhecer que tudo que a Gramática Tradicional chama de “erro” é na verdade um fenômeno que tem explicação científica perfeitamente demonstrável.
- 5) Conscientizar-se de que toda língua muda e varia;
- 6) dar-se conta de que a língua portuguesa não vai nem bem nem mal. Ela simplesmente segue seu rumo no curso da história;
- 7) Respeita a variedade lingüística de toda e qualquer pessoa, o que equivale a respeita a sua integridade como pessoa humana;
- 8) A língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos, nós somos a língua que falamos;
- 9) Uma vez que a língua está em tudo e tudo está na língua, o professor de português é professor de tudo;
- 10) Ensinar bem é ensinar para o bem.

Nesse sentido, é grande a responsabilidade do professor que assume o compromisso de alfabetizar e desenvolver a língua materna, principalmente nas classes de jovens e adultos, onde as marcas da exclusão social são profundas e doloridas. Ao passo que vai ensinando as letras, os sons, as grafias, o professor também vai ensinando os alunos a auto-conhecer-se e a conhecer o mundo letrado que os cercam, vai possibilitando a eles reconhecerem o seu lugar e seu papel social, por isso o cuidado deve ser redobrado, sob pena de estar contribuindo para efetivar a exclusão desses sujeitos.

Torna-se imprescindível à consciência por parte de alunos e professos, de que não é necessário abandonar sua forma original de falar, de abrir mão de sua própria identidade, que é possível apropriar-se de outras formas diferentes da sua, fortalecendo ao mesmo tempo sua identidade e desfrutando de outras formas e oportunidades de comunicar-se. Vejamos a opinião da professora de uma classe de EJA a respeito da conciliação entre as variantes:

Acho que dá pra conciliar as duas formas de falar, não precisa esquecer o jeito que falava antes pra entender o outro jeito, que aí fica mais difícil. A pessoa vai conciliando, nos momentos em que vai precisar pra falar, não precisa esquecer. Por exemplo: eu vou falar com uma autoridade, já não é da mesma maneira que eu tô conversando aqui com um assentado... que ele é um trabalhador rural e eu tenho que saber conversar com ele, pra que ele venha me entender. Que ele é um trabalhador rural não vou vim lá com uma coisa lá do livro que eu entendo e ele não entendi né... eu tenho que transmitir a mensagem para que ele entenda, porque tem palavra que ele não entende, essas palavras eu vou utilizar lá pra aquele da cidade né, o

intelectual vai entender o que eu vou falar. Eu tô conversando com você aqui agora, tem coisas que você entende, então se eu falar pra eles do mesmo jeito, eles não entendem, eu tenho que respeitar o jeito deles. (M^a C.O.C, 47 anos)

O desempenho escolar do aluno depende muito da prática pedagógica exercida pelo professor, da metodologia que ele aplica na dinâmica de suas aulas, facilitando ou embargando o acesso de seus alunos aos saberes construídos pela sociedade letrada. Adequar conteúdos e formas de desenvolvê-los representa para o professor um grande desafio do qual dependerá o seu sucesso e também dos seus educandos.

A relação direta com o mundo textualizado, exige do sujeito uma postura mais crítica, uma vez que em nossa sociedade cada vez mais o discurso assume um lugar primordial, e procurar entender a sua constituição e significação é buscar compreender a constituição sócio-histórica que envolve o próprio homem. Não há sentido sem historicidade, ao contrário, é ele efeito da troca de linguagem, dos confrontos das teorias de mundo dos interlocutores, de como estes são capazes de estabelecerem relações entre o passado, o presente e o futuro.

Sendo uma construção sócio-histórica, o discurso materializado através da fala e/ou da escrita ocupa um lugar social, e sua compreensão ou “leitura” também se estabelece de acordo com Orlandi (1998) num espaço demarcado socialmente em duas perspectivas: A Emissão, em que há três “papéis” distintos; o do Locutor - que é representado pela figura do “eu”, o Enunciador- a forma como esse “eu” se apresenta, e o Autor - a função que esse “eu” assume na produção. Outra perspectiva é a da recepção, em que se distinguem; o Alocutário - representando o “tu”, o Destinatário - o leitor ideal para quem o enunciado é produzido, e finalmente o Leitor – que é aquele que se assume como tal, a partir das relações de sentido entre interlocutores criando o efeito-leitor.

Dentre os “papéis” assumidos na produção e significação discursiva, os indivíduos se constituem a partir das suas subjetividades, das identidades que constroem a partir de um duplo e contrário mecanismo em nossa sociedade; o da individualidade - que atribui ao sujeito uma autonomia própria em relação aos outros, o da individuação - que o limita, comprometendo-o com o contexto social em que está inserido.

Esse mecanismo tencionado em dois pólos: o da individualidade e o da individuação, inscreve o discurso em uma certa “ordem” que, segundo Foucault (1996), o livra de sua temida materialidade. Tal ordem se transpõe nos ritos e regras instituídos pela sociedade ao legitimarem alguns discursos à medida em que relegam outros, decidindo o que pode ou não ser “dito”.

No entanto, o sentido do discurso não é fixo, determinado, ele possui pontos de entrada – que é a relação do sujeito-leitor com a história do texto, e pontos de fuga – que é a percepção histórica do leitor, sua teoria de mundo onde os sentidos e não o sentido do texto se estabelece.

A linguagem, nesse sentido, seria de acordo com Orlandi (1998) um iceberg: em sua superfície lingüística estaria o “dito”, o que pode ser inteligível (decodificado) e interpretado (coesão textual baseada no interdiscurso) e em suas estruturas mais profundas estaria o “não dito”, que é o compreensível (aquilo que o leitor pode relacionar com sua teoria de mundo e estabelecer um sentido).

No contexto da sala de aula dá-se muita importância à “compreensão textual”, haja visto a quantidade de atividades em torno desse aspecto, então o que devemos nos perguntar é sobre a natureza dos exercícios que aplicamos com o objetivo de transformar nosso aluno em um sujeito mais crítico.

De acordo com Orlandi (1998) o que comumente chamamos de “compreensão de texto” não passa de uma “interpretação”, posto que para haver compreensão é necessário que se estabeleça relações entre o texto e o seu contexto, ao contrário da interpretação que deseja apenas a decodificação a fim responder à perguntas óbvias e pré-estabelecidas na superfície do texto.

O exercício propício para estimular a compreensão é justamente a leitura, mas, muitas vezes, esta é utilizada para quase tudo - menos para promover a compreensão. Ao ler o indivíduo precisa pôr em jogo tudo o que sabe, não só sobre os aspectos lingüísticos e textuais, mas sobre o mundo que o cerca e que suscita sua interação. Utilizando-se de sua capacidade de por em prática as estratégias de leitura para antecipar, verificar, inferir, decodificar e extrapolar, fazendo a ponte entre o que está escrito no texto e o que vivencia no mundo particular de suas experiências.

(In)conclusões

Compreendemos um texto na medida em que criamos perguntas sobre o mesmo e somos capazes de respondê-las, e ao respondê-las criamos outras perguntas e assim sucessivamente já que a cada leitura somos capazes de criar novos sentidos. Cabe à escola e outros espaços em que a leitura se faça presente viabilizar o encontro entre o leitor e o texto, na perspectiva dos gêneros textuais uma vez que estes estão engajados e presentes no cotidiano do aluno.

É preciso restituir o desejo de ler nos jovens e adultos, e junto a eles a sua capacidade de imaginar e entregar-se à leitura. Pois, a nossa história de sujeito está diretamente ligada à forma como lidamos com a linguagem; como a produzimos, a socializamos, como interferimos no mundo e nos outros através dela, e também como ela é capaz de interferir em nossa vida.

Através da linguagem construímos e realizamos nossos desejos latentes, concretizamos a nossa sede de poder ao dominarmos o outro, ou nossa inclinação para a solidariedade, ao nos empoderarmos e permitirmos que o outro também assim o faça.

Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2006.
- FREIRE, P. Papel da educação na humanização. In: **Revista da FAEEBA**. Salvador, nº 7, jan/ jun, 1997. p. 9 -17.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- KOCH, Ingredore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 2001
- ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez. Campinas UNICAMP, 1988.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Cortez, 1993.
- RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.